

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.073 - GO
(2019/0229631-0)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
EMBARGANTE : OLINTO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO : DIEGO RANGEL ARAUJO - DF056315
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. 1. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. MERA IRRESIGNAÇÃO. NÃO CABIMENTO. 2. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. REANÁLISE DO ACERVO FÁTICO E PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. 3. REAPRECIACÃO DA MATÉRIA JÁ JULGADA. IMPOSSIBILIDADE VIA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada, dessa forma, para seu cabimento, é necessária a demonstração de que a decisão embargada se mostrou ambígua, obscura, contraditória ou omissa, conforme disciplina o art. 619 do Código de Processo Penal. A mera irresignação com o entendimento apresentado no acórdão, que negou provimento ao agrado regimental, não viabiliza a oposição dos aclaratórios.

2. Portanto, para esta Corte Superior decidir pela absolvição do agravante por falta de provas pela prática do crime de concussão teria, impreterivelmente, de reanalisar todo o acervo fático e probatório juntado aos autos, o que é, terminantemente vedado pelo óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. No caso, não verifico a omissão apontada pelo embargante. O que se percebe analisando as razões deste recurso é que, sob a alegação da existência dos vícios que autorizam a oposição de embargos, a defesa pretende, em verdade, a reapreciação de matéria já julgada, propósito para o qual não se prestam os aclaratórios, conforme entendimento jurisprudencial já pacificado nesta Corte Superior de Justiça.

4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator